

CAMPOS, Roberto

*diplomata; pres. BNDE 1958-1959; emb. Bras. EUA 1961-1964; min. Planej. 1964-1967; emb. Bras. Inglaterra 1974-1982; sen. MT 1983-1991; dep. fed. RJ 1991-1999.

Roberto de Oliveira Campos nasceu em Cuiabá em 17 de abril de 1917, filho de Valdomiro de Oliveira Campos e de Honorina de Oliveira Campos.

Estudou nos seminários de Guaxupé (MG) e Belo Horizonte, diplomando-se em teologia e filosofia. Lecionou em seguida durante um ano num ginásio de Batatais, no interior paulista. Mudando-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, à procura de um emprego público, em março de 1939 fez concurso para o Itamaraty, sem ter inclinação especial para a carreira diplomática, como declararia mais tarde, e foi aprovado.

Como cônsul de terceira classe, trabalhou sucessivamente no almoxarifado, na Divisão de Códigos e no Departamento Econômico do Itamaraty. Em 1942 foi nomeado para o seu primeiro posto no exterior, na seção comercial da embaixada do Brasil em Washington, e paralelamente passou a estudar economia na Universidade George Washington. Ainda em julho daquele ano, porém, foi transferido para Nova Iorque. Promovido a cônsul de segunda classe em dezembro de 1943, no mês seguinte foi novamente designado para a embaixada em Washington, como segundo-secretário. Ali permaneceria pouco mais de três anos, concluindo nesse período o curso de economia.

Em julho de 1944 integrou a delegação brasileira à Conferência Monetário-Financeira da Organização das Nações Unidas (ONU) em Bretton Woods, EUA. Os acordos então estabelecidos deram origem ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Atuou como secretário da delegação do Brasil à IV Sessão do Conselho da United Nations Relief and Rehabilitation Agency (Agência das Nações Unidas para Assistência e Reabilitação — UNRRA), em março de 1946, e como observador econômico da representação brasileira na ONU, em abril. No mês de setembro participou da I Sessão da Assembléia Geral da ONU como secretário da delegação.

Transferido para Nova Iorque em março de 1947 para juntar-se à representação do Brasil nas Nações Unidas, permaneceu naquela cidade por dois anos e meio, período

durante o qual fez sua pós-graduação em economia na Universidade de Colúmbia. Foi assessor das delegações brasileiras à II Sessão da Assembléia Geral da ONU, realizada em Nova Iorque em setembro de 1947, e à Conferência Internacional de Comércio e Emprego, reunida em Havana, Cuba, em novembro. Participou também de duas outras reuniões, a das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e a do Comitê Executivo da Comissão Interina da Organização Internacional do Comércio, ambas em Genebra, em agosto de 1948. No mês seguinte, foi secretário da delegação brasileira à III Sessão da Assembléia Geral da ONU reunida em Paris.

Em agosto de 1949 deixou Nova Iorque, permanecendo nos quatro anos seguintes a serviço da Chancelaria no Brasil. Em setembro de 1949 participou da IV Sessão da Assembléia Geral da ONU como assessor da delegação brasileira. Com as mesmas funções esteve na III Reunião da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) em Montevideu em junho de 1950. Em agosto passou a integrar a comissão mista encarregada de acompanhar os trabalhos para o entendimento comercial entre Brasil e Itália. Participou em setembro da V Sessão da Assembléia Geral da ONU, novamente como assessor da delegação brasileira, e em dezembro tornou-se presidente da comissão mista designada para acompanhar a conclusão do entendimento comercial com a Grã-Bretanha.

Comissão Mista Brasil-EUA e criação do BNDE

A modernização da infra-estrutura econômica do país, especialmente nos setores energético e de transportes, constituiria uma das prioridades centrais do segundo governo Getúlio Vargas, iniciado em janeiro de 1951. Roberto Campos integrou a assessoria econômica do presidente, participando da elaboração do anteprojeto governamental para a criação da Petrobras, que seria encaminhado ao Congresso em outubro de 1951. O projeto previa uma empresa mista sob controle majoritário do Estado, mas viria a sofrer modificações no Legislativo até adotar o monopólio estatal, resultando na Lei nº 2.004, assinada por Vargas em outubro de 1953.

Em março de 1951, promovido a primeiro-secretário, participou da IV Reunião de Consulta dos Ministros do Exterior dos Estados Americanos, em Washington, na qualidade de assessor econômico da delegação brasileira, presidida pelo chanceler João Neves da Fontoura. Paralelamente aos trabalhos da reunião, tomou parte nas

negociações com o Export-Import Bank (Eximbank) e o BIRD sobre as possibilidades de investimentos americanos no Brasil. Como resultado dessas conversações entrou em funcionamento a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, criada desde dezembro de 1950. Constituída por técnicos dos dois países, a comissão tinha por finalidade estudar os problemas básicos da economia brasileira e sugerir projetos para o desenvolvimento do país nos diversos setores. Obteve-se ainda o compromisso americano de assegurar até trezentos milhões de dólares para o financiamento desses projetos.

Instalada a Comissão Mista em julho de 1951, passou a fazer parte de seu grupo de conselheiros técnicos, ao lado de Glycon de Paiva, Lucas Lopes e Valentim Bouças. Em setembro o governo brasileiro concluiu em Washington um acordo de cooperação financeira com o Eximbank e o BIRD para o financiamento do Plano Nacional de Reparelhamento Econômico, também conhecido como Plano Lafer, do nome do ministro da Fazenda, Horácio Lafer. Os bancos concordaram com o programa de obras apresentado, mas condicionaram a liberação de fundos à aprovação dos projetos pela Comissão Mista. Em novembro entrou em vigor o Plano Lafer. Os financiamentos internos seriam obtidos com a instituição de um empréstimo compulsório cuja subscrição se efetivaria através do pagamento de adicional ao imposto de renda. Os objetivos do programa eram o reaparelhamento de portos e ferrovias, o aumento da capacidade de armazenamento, assim como de frigoríficos e matadouros, o aumento da produção de energia elétrica e o desenvolvimento das indústrias básicas e da agricultura.

Participou, em seguida, da elaboração do projeto de criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), concebido como uma instituição de crédito especializada na concessão de financiamentos a longo prazo para o desenvolvimento dos setores econômicos considerados prioritários pelo Plano Lafer. Outros técnicos da Comissão Mista participaram da elaboração do projeto: João Neves da Fontoura, Horácio Lafer e seu assessor econômico Guilherme Arinos. Colocado sob a jurisdição do Ministério da Fazenda e definido como executor e agente financeiro da União nas operações do Plano de Reparelhamento, o banco foi criado pela Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952. O principal apoio financeiro do BNDE seria o Fundo de Reparelhamento Econômico, constituído dos adicionais sobre o imposto de renda e de depósitos obrigatórios de parte das reservas técnicas das companhias de seguro e

capitalização. Caberia ao banco promover a negociação de empréstimos externos para o financiamento do Plano de Reaparelhamento e executar as operações financeiras conexas. Em julho constituiu-se a sua diretoria, assumindo Roberto Campos a direção econômica do novo órgão, presidido por Ari Frederico Torres. Contando com um reduzido grupo de técnicos, oriundos em grande parte da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, o banco dedicou-se em sua fase inicial à análise dos projetos elaborados pela comissão.

Sob a direção de Roberto Campos, ainda em 1952 o BNDE iniciou contatos com a CEPAL, órgão da ONU que vinha fazendo estudos sobre modelos de desenvolvimento econômico aplicáveis à América Latina. Em maio de 1953 foi criado o Grupo Misto de Estudos BNDE-CEPAL, sob a direção do economista Celso Furtado. Dois anos depois, o grupo divulgaria o relatório final de seus trabalhos — “Esboço de um programa de desenvolvimento para a economia brasileira — período de 1955-1962” —, que constituiria a base do Programa de Metas do governo Juscelino Kubitschek. Segundo Márcia Viana, o acordo com a CEPAL propiciou ao BNDE “a base teórica necessária” para que ele viesse a desempenhar “a função de órgão diretivo da política de investimentos da economia nacional”.

Discordando entretanto da orientação seguida pelo diretor-superintendente do banco, José Soares Maciel Filho, que defendia a transferência dos recursos financeiros para outras áreas que não as de serviços de infra-estrutura econômica, Roberto Campos demitiu-se do corpo diretor do BNDE em meados de 1953. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que completou seus estudos técnicos em julho desse ano, apresentaria em dezembro um relatório final com amplo diagnóstico da economia brasileira, encerrando oficialmente suas atividades. Ainda em 1953, em setembro, Roberto Campos foi removido como cônsul para Los Angeles, EUA. Nesse mês, integrou a delegação brasileira à VIII Sessão da Assembleia Geral da ONU, reunida em Nova Iorque, cidade onde também participou, em novembro, da Conferência de Assistência Técnica daquela organização internacional. Em 1954 atuou como delegado do Brasil à IX Reunião das Partes Contratantes do GATT, realizada em Genebra no mês de outubro, e como consultor especial na Reunião de Ministros da Fazenda dos Estados Americanos, em Petrópolis (RJ), no mês seguinte.

Em março de 1955 deixou o posto em Los Angeles e voltou ao Brasil, assumindo no mesmo mês o cargo de diretor-superintendente do BNDE, em substituição a José Soares Maciel Filho. Seu nome fora indicado por Eugênio Gudin, ministro da Fazenda do governo de Café Filho, que em agosto de 1954 passara de vice a presidente da República, substituindo Getúlio Vargas, que se suicidara. Gudin vinha implementando uma rígida política de estabilização, destinada a combater o processo inflacionário e a reequilibrar as contas externas, garantindo o apoio do FMI. Essa política, apoiada por Roberto Campos, baseava-se no corte de despesas públicas e na contenção da expansão monetária e creditícia, o que vinha provocando séria crise em vários setores da indústria e nos meios bancários. Já em abril de 1955, Gudin demitiu-se do Ministério da Fazenda em protesto contra as negociações estabelecidas entre Café Filho e o governador de São Paulo, Jânio Quadros, no sentido de afrouxar a política econômica restritiva.

O novo ministro, José Maria Whitaker, aliviou de imediato a política monetária e, procurando equilibrar os efeitos da nova liberalidade creditícia, suspendeu o programa de compra de café pelo governo, o que provocou veementes protestos dos plantadores. Para acalmá-los, Whitaker tentou eliminar o “confisco cambial”, que dava aos plantadores, na venda do produto para o exterior, um retorno em cruzeiros inferior à taxa livre equivalente em dólar. A medida integrava uma reforma cambial que foi apresentada em setembro de 1955 e que, embora aprovada pelo FMI e apoiada por Roberto Campos, não foi aceita por Café Filho. Isso provocou o pedido de demissão do ministro, substituído por Mário Câmara.

O Plano de Metas do governo Kubitschek

Antes da posse de Juscelino Kubitschek na presidência da República, em janeiro de 1956, Roberto Campos dirigiu, ao lado de Lucas Lopes, uma equipe de técnicos responsável pela formulação de um programa que deveria nortear a política econômica do novo governo. Foi elaborado assim um projeto de estabilização monetária para disciplinar o crédito, cortando certas despesas públicas e aumentando os impostos, de forma a financiar o Plano de Metas através de métodos não-inflacionários. Segundo Carlos Lessa, os principais objetivos do Plano de Metas eram as inversões diretas do governo nos sistemas de transporte e de geração de energia, o desenvolvimento da produção de bens intermediários, em especial a siderurgia, a instalação de indústrias de

bens de capital e, por fim, a construção de Brasília. Esse item — o deslocamento da capital da República para o Planalto Central — foi incluído no plano por Juscelino, contra a posição de Roberto Campos e Lucas Lopes. No setor de energia, visava-se ao aumento da geração de eletricidade e, no de transportes, ao reequipamento do sistema ferroviário e à ampliação e pavimentação das rodovias. A instalação de indústrias de bens de capital abrangia os setores automobilístico, de construção naval, mecânico e de material elétrico pesado.

Em março de 1956, já no governo Kubitschek, Roberto Campos foi promovido a ministro de segunda classe. Nesse mesmo mês, procurou introduzir uma reforma cambial nos moldes preconizados por Whitaker: defendia a adoção de taxas de câmbio flutuantes para incentivar as exportações e conter as importações, pois as taxas de câmbio fixas e sobrevalorizadas tributavam as exportações, principalmente de produtos agrícolas, para subvencionar importações. Juscelino recusou a proposta, mantendo a taxa fixa como instrumento de incentivo para a execução do Plano de Metas.

Roberto Campos integrou também o Conselho do Desenvolvimento, órgão diretamente vinculado à Presidência da República, criado em fevereiro de 1956 com a finalidade de coordenar a política econômica do governo. Ao conselho caberia o estudo e a formulação de projetos relativos ao Plano de Metas. O BNDE atuou em estreita colaboração com o novo órgão, cedendo seus técnicos aos grupos de trabalho criados pelo conselho para a formulação de programas específicos dentro do plano. Daí surgiram os chamados grupos executivos, órgãos colegiados que, congregando representantes das diferentes entidades responsáveis pela concessão e manipulação dos incentivos necessários à implementação do Plano de Metas, tinham por objetivo coordenar a execução das propostas sugeridas pelos grupos de trabalho. Os grupos executivos foram fundamentais para a realização dos programas, especialmente aqueles baseados no setor privado.

A implantação da montagem de veículos automotores no Brasil, um dos marcos do governo Juscelino, foi conduzida pelo Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), criado em junho de 1956, do qual participava Roberto Campos. O GEIA formulou planos segundo os quais as empresas que cumprissem determinadas exigências — como o alcance de índices crescentes de participação de produtos nacionais no peso dos veículos fabricados — teriam uma série de vantagens: reserva de

câmbio a taxa estável e subsidiada para importação de partes complementares, liquidação da taxa de câmbio favorecida dos financiamentos obtidos no exterior, isenção de direitos de importação sobre equipamentos e partes complementares e financiamentos a longo prazo para inversões, concedidos pelo BNDE. Essa política teve êxito tanto no tocante à produção de veículos quanto em relação ao índice de participação de peças nacionais no peso dos produtos, que alcançou, segundo Carlos Lessa, 90% em 1962.

Para o mesmo autor, o Plano de Metas constituiu “a mais ampla ação orientada pelo Estado, na América Latina, com vistas à implantação de uma estrutura industrial integrada” e atingiu seus objetivos principais, apoiado em grande parte no investimento maciço de capitais estrangeiros. O crescimento da produção industrial seria de 80% entre 1955 e 1961, com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias de aço (100%), mecânica (125%), elétrica e de comunicações (380%) e de equipamentos de transporte (600%).

O BNDE funcionou, na prática, durante esse período, como uma central coordenadora da implementação do Plano de Metas, através da concessão de empréstimos a longo prazo em cruzeiros e de avais indispensáveis para a obtenção dos financiamentos externos. Segundo Carlos Lessa, o banco operou na área privada “aquele esforço compatibilizador que exercia em relação aos investimentos governamentais de infra-estrutura”. No início de 1958, por instância de Roberto Campos, passou a integrar a diretoria do BNDE o economista Celso Furtado, com a incumbência de coordenar estudos para um plano de desenvolvimento do Nordeste. Como resultado desse trabalho, seria criada em dezembro de 1959 a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

A atuação de Campos também se refletiria no acordo de exploração petrolífera assinado pelos governos brasileiro e boliviano em março de 1958, que ficaria conhecido como Ata de Roboré. Esse tratado atualizava um outro, firmado entre os dois países 20 anos antes, estipulando a participação de empresas brasileiras na exploração do petróleo boliviano. A Ata de Roboré foi intensamente contestada pelos setores nacionalistas brasileiros por admitir a participação de capitais privados, o que abria uma brecha no monopólio estatal da Petrobras. O BNDE foi encarregado pelo governo de estabelecer

as normas para a seleção das empresas brasileiras que se candidatassem à prospecção de petróleo no país vizinho.

Roberto Campos defendia a organização de companhias mistas em que os capitais estrangeiros participassem por meio de “empréstimos aleatórios”, que hoje se chamariam capitais de risco, isto é, só reembolsáveis em caso de sucesso do empreendimento. Por essa razão, tornou-se o principal alvo da campanha nacionalista, acusado de ser representante dos trustes petrolíferos americanos. O BNDE chegaria a declarar duas empresas habilitadas a pleitear a concessão, porém, diante da amplitude alcançada pela campanha nacionalista, o governo retrocedeu, deixando a questão em suspenso até 1963. Nesse ano seria criada a Petrobras Internacional, que deteria o monopólio das operações petrolíferas do Brasil no exterior, ficando sem efeito a Ata de Roboré.

Presidente do BNDE

Em junho de 1958 Roberto Campos foi nomeado presidente do BNDE, em substituição a Lucas Lopes, designado ministro da Fazenda. Acentuavam-se nessa altura os desequilíbrios financeiros, com a aceleração do processo inflacionário e déficits crescentes no balanço de pagamentos. O plano de estabilização e a reforma cambial propostos por Roberto Campos e Lucas Lopes no início do governo Kubitschek não haviam sido aprovados. O governo optava por uma política de intensa industrialização, que em vários aspectos era responsável pelos problemas financeiros. Nesse período, em agosto de 1958, Roberto Campos foi o responsável pela criação do primeiro grupo de trabalho voltado para o planejamento do uso da informática no país: o Grupo Executivo da Aplicação de Computadores Eletrônicos (GEACE).

Diante do agravamento das dificuldades e da pressão exercida pelos credores externos, o governo decidiu implementar uma política antiinflacionária, anunciando em outubro de 1958 o Plano de Estabilização Monetária, elaborado por Campos e Lopes. Entre outras medidas, o plano propunha o controle da expansão monetária e creditícia e a contenção dos gastos públicos, o que provocou forte oposição, particularmente dos empresários paulistas. Em dezembro, o presidente do Banco do Brasil, Sebastião Pais de Almeida, recusou-se a cortar o crédito às indústrias, criando um impasse.

Kubitschek anunciou em janeiro de 1959 um corte significativo no orçamento federal e a diminuição dos subsídios à importação de bens como a gasolina e o trigo, o que causou em curto prazo uma elevação dos preços internos de itens essenciais como o pão e os transportes coletivos. Ao mesmo tempo que crescia a oposição ao governo, o FMI — cujo apoio ao programa de estabilização era indispensável para a obtenção de um empréstimo de trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos — exigia uma intensificação das medidas antiinflacionárias e de reforma cambial. O governo hesitava em endossar essas medidas de forma completa, receando comprometer o ritmo do crescimento econômico. Generalizou-se no país uma reação contra o FMI e, por extensão, um sentimento antiamericano, compartilhados por grande parte da imprensa. Roberto Campos era visto pelos setores de esquerda como o expoente do “entreguismo” e o chamavam pejorativamente de Bob Fields, adaptação do seu nome em inglês. A União Nacional dos Estudantes (UNE) promoveu marchas de protesto que terminavam com o seu enterro simbólico.

A polêmica que se intensificava em torno dos custos e objetivos de um programa antiinflacionário tinha sua origem na controvérsia entre monetaristas e estruturalistas. Estes identificavam as causas da inflação nos desequilíbrios estruturais da economia, considerando ineficaz qualquer programa estabilizador que não se integrasse num plano geral de investimentos orientados para setores econômicos estratégicos. Roberto Campos colocava-se entre os monetaristas, para os quais a inflação resultava simplesmente da expansão dos meios de pagamento, de forma que só as restrições monetária e creditícia poderiam solucioná-la.

Em junho de 1959, Juscelino Kubitschek decidiu abandonar o programa de estabilização e romper com o FMI, medida amplamente festejada pelos setores nacionalistas. Como consequência, Lucas Lopes, afastado do Ministério desde antes do rompimento por motivo de saúde, foi substituído por Sebastião Pais de Almeida. Em julho, Roberto Campos deixou a presidência do BNDE, substituído por Lúcio Meira, e retornou ao serviço no Itamaraty. Em outubro foi promovido a ministro de primeira classe e, em janeiro de 1960, designado para integrar a Comissão Mista Brasil-França. Em setembro desse ano atuou como vice-presidente da delegação brasileira à reunião da Comissão Especial do Conselho da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Bogotá, cujo objetivo era propor novas medidas de cooperação econômica.

Embaixador nos EUA

Após a posse de Jânio Quadros na presidência da República em janeiro de 1961, Roberto Campos foi convidado a assumir a embaixada do Brasil na República Federal da Alemanha, missão que recusou. Tendo apoiado Jânio em sua campanha eleitoral, afastara-se do novo chefe da nação em virtude da “política externa independente” adotada por seu governo. Essa política propunha o estabelecimento de relações comerciais com os países socialistas e o reconhecimento do governo do primeiro-ministro cubano Fidel Castro.

Em março, Roberto Campos e o embaixador Walter Moreira Sales foram designados pelo governo para renegociar dívidas e obter créditos nos Estados Unidos e na Europa. Ambos retomaram entendimentos com o FMI, cujo aval era necessário para que os governos e bancos europeus e americanos aprovassem o esquema financeiro da administração Jânio Quadros. Esta deu início, de imediato, a um rígido programa de estabilização e instituiu uma reforma cambial, simplificando o sistema de taxas múltiplas de câmbio e desvalorizando o cruzeiro em 100%.

A aprovação do FMI ao programa de estabilização criou um clima favorável à renegociação da dívida externa. Em junho, Campos e Moreira Sales concluíram os entendimentos, obtendo um empréstimo de mais de dois bilhões de dólares, além da consolidação e prorrogação da dívida, a curto prazo, com os Estados Unidos e os bancos europeus representados no Clube de Haia. Em agosto, Campos foi nomeado por Jânio embaixador do Brasil em Washington. Não chegou, porém, a assumir o posto, em virtude da renúncia do presidente no dia 25.

A renúncia provocou uma séria crise. Os ministros militares vetaram a posse do vice-presidente João Goulart, que então se encontrava em negociações oficiais na República Popular da China, um dos países com os quais o governo tentava uma aproximação dentro dos parâmetros da “política externa independente”. A crise foi contornada com a instituição, pelo Congresso, do sistema parlamentarista, que reduzia os poderes do presidente. Goulart acabou tomando posse, com essas limitações, em 7 de setembro de 1961, e decidiu manter a nomeação de Roberto Campos como embaixador extraordinário e plenipotenciário em Washington.

Campos assumiu a embaixada em 6 de outubro. Tomou parte nas negociações entre os governos brasileiro e americano sobre a encampação da Companhia Rio-Grandense de Telefones, subsidiária da empresa americana International Telephone & Telegraph (ITT), efetuada em fevereiro de 1962 por iniciativa do governador gaúcho Leonel Brizola mediante indenização de 149 milhões de cruzeiros. A atitude de Brizola provocou veementes protestos da ITT e do governo americano. Para contornar o problema, o chanceler San Tiago Dantas promoveu uma reunião no Itamaraty com a presença de Roberto Campos, Leonel Brizola, representantes da ITT e Lincoln Gordon, embaixador americano no Brasil. A reunião fracassou.

O episódio teria ampla repercussão na imprensa brasileira, intensificando-se a partir daí o debate em torno da necessidade de se nacionalizar as concessionárias de serviços públicos. Os primeiros passos para a solução do problema com a ITT e o governo americano foram dados por ocasião da visita de João Goulart aos Estados Unidos, em abril de 1962. Os entendimentos com o presidente John Kennedy basearam-se na proposta apresentada por Roberto Campos e San Tiago Dantas de “nacionalização pacífica por compra negociada” das empresas estrangeiras, respeitando-se o princípio de justa compensação, com reinvestimento em outros setores importantes para o desenvolvimento do Brasil. Em 30 de maio foi criada a Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos (Conesp), primeira medida do governo após as negociações. Durante a visita de Goulart foram firmados, ainda, acordos estabelecendo a cooperação americana com o programa de desenvolvimento do Nordeste e o apoio dos EUA à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), assim como a necessidade de tornar efetiva a Aliança para o Progresso, programa de ajuda dos EUA para o desenvolvimento dos países do hemisfério.

Um plebiscito nacional, em janeiro de 1963, restabeleceu o regime presidencialista. Em março, San Tiago Dantas, já ministro da Fazenda, viajou a Washington para discutir um plano de ajuda americana ao Brasil e negociar a dívida externa. A política econômica do governo presidencialista baseava-se no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que propunha, entre outras medidas, um programa de combate à inflação, para o qual se esperava o apoio do FMI e dos Estados Unidos. Roberto Campos participou das negociações em Washington, marcadas por dificuldades levantadas pelo governo americano e por aquele organismo internacional,

incrédulos quanto às condições brasileiras de implementar o programa de estabilização por eles exigido. Campos e San Tiago Dantas chegaram a pensar numa ruptura das conversações e em desfechar uma campanha de mobilização nacional que, nas palavras do embaixador, “levasse a população a aceitar um regime de sacrifício e introversão”. Apesar das dificuldades, chegou-se a um acordo pelo qual o governo americano se comprometia a fazer um empréstimo de quatrocentos milhões de dólares ao Brasil, com a liberação condicionada ao cumprimento, por parte do governo, de um programa específico de estabilização monetária.

Por essa época teve lugar outra importante negociação, da qual Roberto Campos também participou. Ela se efetuou entre o governo brasileiro e a American and Foreign Power Company (Amforp) em torno da compra do acervo dessa empresa americana no Brasil, cuja filial, a Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense, fora encampada pelo governador Leonel Brizola em 1959. Em 22 de abril de 1963 Roberto Campos assinou com William Nydorff, vice-presidente da Amforp, um acordo pelo qual o governo se comprometia a pagar 135 milhões de dólares pela aquisição dos bens da empresa, dos quais 75% seriam reinvestidos no Brasil e os 25% restantes seriam pagos em moeda americana.

O acordo provocou veementes protestos dos setores nacionalistas de esquerda, tendo à frente Leonel Brizola, que consideraram o preço de compra exorbitante e lesivo aos interesses do país. O governador gaúcho advertiu San Tiago Dantas, que presidira a negociação, de que a efetivação da compra levaria a um irreparável rompimento daqueles setores com o governo. Em consequência, foi constituída uma comissão composta por técnicos brasileiros para fazer a avaliação dos bens da Amforp no Brasil, assim como uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre o assunto.

Em junho, em meio a um clima de crescente radicalização política, evidenciou-se o fracasso do programa de estabilização do governo. O FMI declarou que o governo falhara na condução das medidas necessárias ao programa, criando-se um impasse para a renegociação da dívida externa e para a liberação do empréstimo obtido em março. Ante a deterioração das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, Roberto Campos pediu demissão do posto de embaixador em agosto, revelando sua discordância com o governo Goulart. Em suas próprias palavras, tornara-se um “arauto sem voz”, um “intérprete sem doutrina”. A pedido do presidente, no entanto, permaneceria chefiando a

embaixada em Washington até janeiro de 1964, quando foi substituído por Jorge de Carvalho e Silva.

A polarização política nacional acabou levando ao movimento militar de 31 de março de 1964, que depôs o presidente Goulart. Constituiu-se em seguida o Comando Supremo da Revolução, integrado pelos comandantes das três armas, general Costa e Silva, brigadeiro Márcio de Sousa Melo e almirante Augusto Rademaker, que passou a exercer de fato o poder. Com a promulgação do Ato Institucional nº 1 (AI-1), em 9 de abril, determinando a eleição dentro de dois dias do novo presidente da República pelo Congresso, assumiu a chefia do governo, no dia 15, um dos principais articuladores do movimento, o general Humberto Castelo Branco.

Roberto Campos apoiou o movimento, argumentando que Goulart preparava um golpe, de forma que “a oposição à revolução não ajudaria o Brasil a manter intactos os procedimentos constitucionais”. Estes, segundo ele, seriam “violados de qualquer maneira”, e a escolha possível estaria entre uma “revolução centrista, de classe média” e a manutenção de Goulart no poder através de um golpe, “com o perigo de que gradualmente ele fosse dominado pelos comunistas”.

Ministro do Planejamento

Castelo Branco confiou a formulação e a execução da política econômica de seu governo a Otávio Gouveia de Bulhões, nomeado para a pasta da Fazenda, e a Roberto Campos, que assumiu em 14 de maio o Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, criado por decreto três dias antes. Segundo Campos, os princípios que nortearam a elaboração da nova política econômica foram: “opção por um sistema de economia mista, segundo princípios de *mercado*, em vez de um sistema centralista, de economia de *comando*; opção por um sistema extrovertido, com ênfase no comércio exterior e aceitação de investimentos externos; realismo econômico, pela implantação de um elenco de verdades — a verdade tarifária, a verdade cambial, a moeda corrigida; produtivismo como precondição, e prólogo de um distributivismo eficaz”.

A elaboração do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) para o período 1964-1966 foi concluída por Roberto Campos em julho. A meta principal era a luta contra a inflação, que deveria ultrapassar, segundo as projeções para todo o ano de 1964, com base na tendência do primeiro trimestre, a casa dos 100%. O diagnóstico oficial criticava a permissividade da política econômica dos governos anteriores, que teria ameaçado o crescimento da economia, com a paralisação dos investimentos privados em diversos setores estratégicos, a desorganização do mercado de crédito e de capitais e a retração do investimento estrangeiro. O PAEG propunha, consequentemente, uma política de estabilização a curto prazo, capaz de recompor um clima favorável a novos investimentos, e a realização de reformas para sustentar o crescimento econômico. Quanto às causas da inflação, salientava três fatores: os déficits públicos, a expansão creditícia e as majorações de salários em proporção superior ao aumento da produtividade.

Várias medidas foram implementadas para reduzir o déficit público, efetivando-se uma política de cortes nas despesas estatais. Foram instituídas pela Lei nº 4.357, de 17 de julho, as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs), títulos da dívida pública emitidos pela União para financiar seu déficit de forma não-inflacionária. Pela mesma lei foi estabelecido o mecanismo da correção monetária, baseada em coeficientes trimestrais fixados pelo Conselho Nacional de Economia. Para aumentar a captação de recursos da União, introduziu-se ainda em 1964 uma reforma tributária de emergência que seria consubstanciada, dois anos depois, no novo Código Tributário Nacional.

Foi adotada também, de imediato, uma política de contenção ao crédito através da restrição de empréstimos do Banco do Brasil, então responsável por mais de 35% do crédito ao setor privado, e do controle da expansão dos meios de pagamento. Instituiu-se igualmente uma nova fórmula salarial, com reajustes sempre abaixo dos índices de inflação; os novos salários passariam a ser calculados pela média dos dois anos anteriores, a que se somariam os aumentos de produtividade e o resíduo inflacionário (taxa de inflação prevista para os 12 meses seguintes). Na prática, a estimativa de inflação nos anos que se seguiram esteve sempre aquém dos índices reais, o que significou uma acentuada deterioração do poder aquisitivo das classes sociais de baixa renda. Com a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) pela Lei

nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, completaram-se as medidas na área das relações trabalhistas. O FGTS implicou a extinção de uma garantia fundamental dos assalariados: a estabilidade no emprego depois de dez anos de serviço.

O regime instaurado em 1964 também estimulou o crescimento da indústria de construção civil, que deveria preencher funções importantes em termos de geração de renda e de novos empregos, de disseminação da propriedade privada entre a classe média — principal setor de sustentação social do movimento militar — e de contribuição para o equilíbrio das contas externas, uma vez que pouco dependia de importações. Em agosto de 1964 foram criados o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e o Banco Nacional da Habitação (BNH), além de instituições financeiras privadas e instrumentos específicos de imobilização de recursos para o sistema, como a letra imobiliária e a caderneta de poupança. Os fundos gerados a partir de 1966 com o FGTS seriam também destinados a dar suporte às operações do SFH.

Para dinamizar o setor agrícola, em 30 de novembro de 1964 editou-se o Estatuto da Terra, herdeiro de uma emenda constitucional que, combatida pelos segmentos sociais conservadores, fora negada pelo Congresso ao longo de todo o governo Goulart. A emenda acabou sendo aprovada no Congresso poucos dias antes do estatuto e tornava possível a desapropriação da propriedade rural mediante indenização prévia em títulos da dívida pública. Roberto Campos, com um grupo de assessores da Presidência da República, participou da elaboração do Estatuto da Terra, que propunha uma reestruturação agrária baseada na tributação progressiva de acordo com o tamanho da propriedade. Visando a estimular a grande empresa rural e a desincentivar o latifúndio improdutivo, essa tributação se atenuava de acordo com o grau de utilização da terra. O estatuto suscitou intensos debates que extrapolaram o âmbito do Congresso. Manifestaram sua oposição às novas medidas o presidente da União Democrática Nacional (UDN), deputado Olavo Bilac Pinto, e os governadores de Guanabara, São Paulo e Minas Gerais, Carlos Lacerda, Ademar de Barros e Magalhães Pinto, além de entidades rurais.

Com a finalidade de tornar mais eficiente a execução da política monetária do governo, foram criados em dezembro de 1964, pela lei conhecida como da Reforma Bancária, o Conselho Monetário Nacional (CMN), encarregado de fixar diretrizes em matéria monetária, cambial e creditícia, e o Banco Central, executor dessas diretrizes.

Os dois órgãos vieram substituir a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), extinta pela lei. Estabeleceram-se ainda as normas a que estariam sujeitas as demais instituições financeiras, públicas e privadas.

Em outra linha de ação reformista, os mentores da política econômica do regime determinaram a criação de mecanismos para financiar o aumento da produção, através do estímulo à poupança interna e ao investimento estrangeiro. Esses objetivos consubstanciaram-se na Lei da Reforma Bancária e na Lei nº 4.728, de julho de 1965, que regulamentou o mercado de capitais. Ainda em 1964 reformulou-se a Lei da Remessa de Lucros, aprovada no governo Goulart, passando-se a conceder ao capital estrangeiro um tratamento extremamente favorável. Foi baixada uma instrução, em janeiro de 1965, para garantir às empresas estrangeiras o fácil acesso ao mercado externo de créditos. Por fim, foi instituída por decreto-lei de 25 de fevereiro de 1967 uma reforma para modernizar a estrutura administrativa federal.

As metas fixadas pelo PAEG foram alcançadas, já que o déficit público se reduziu a níveis mínimos, chegando em 1966 a representar apenas 1,1% do Produto Interno Bruto (PIB). A nova política salarial, aplicada com progressivo rigor, levou a uma acentuada queda dos salários de base, ao mesmo tempo em que a política monetária enquadrava-se nos propósitos traçados. O combate à inflação obteve um êxito relativo: não se alcançaram os níveis previstos de 25% em 1965 e 10% em 1966, mantendo-se todavia limites “toleráveis” de 34,5% e 38,8%.

A política de estabilização teve como consequência um agravamento da crise econômica, promovendo, segundo João Manuel Cardoso de Melo e Luís Gonzaga Belluzzo, uma “onda de liquidações de empresas pequenas e médias (...) acompanhada pelo alargamento das margens de capacidade ociosa das grandes empresas. Seus efeitos negativos sobre a produção real foram de tal monta que, em 1966, houve um afrouxamento do combate à inflação, política que só foi retomada com vigor em inícios de 1967 e que provocou nova crise de estabilização.”

Apesar dos efeitos depressivos da política antiinflacionária, o conjunto de reformas implementado dentro dos objetivos do PAEG seria, segundo Fabrício Augusto de Oliveira, importante para a retomada do crescimento econômico: “As mudanças ocorridas nesse período podem ser vistas como a gênese do aparato que seria crucial

para a retomada. E como ponto de partida para o explosivo crescimento pós-68.” Em avaliação feita posteriormente, Roberto Campos considerou que o principal resultado do PAEG não esteve “na realização de objetivos específicos, mas na importância do esforço dedicado a reformas institucionais e à modernização”.

Tiveram ampla repercussão política os efeitos depressivos da política de estabilização, gerando acirrados debates em diversos níveis, como no Conselho Consultivo do Planejamento (Consplan), criado em fevereiro de 1965 e integrado por técnicos e representantes da indústria e dos sindicatos. Roberto Campos era seu secretário-executivo. Um dos membros do conselho, Antônio Dias Leite, criticava a estratégia monetarista do PAEG, considerando incompatível a política antiinflacionária com a retomada do crescimento econômico. Ao mesmo tempo, defendia um projeto de desenvolvimento de caráter nacionalista.

Em abril de 1965 a Confederação Nacional da Indústria publicou um documento em que responsabilizava o PAEG pela crise industrial de São Paulo e reivindicava uma expansão do crédito e a redução dos impostos. No mês seguinte, o industrial Fernando Gasparian, membro do Conselho Nacional de Economia, lançou um apelo à reavaliação sistemática dos objetivos do plano. No Congresso, a oposição ao PAEG era liderada pelo industrial e senador José Ermírio de Moraes, que atribuía ao programa elaborado por Roberto Campos a estagnação econômica.

Entre os governadores também se avolumavam as críticas. Segundo Magalhães Pinto, o país estava “submetido a uma ditadura econômica”. Carlos Lacerda, sentindo-se alijado do poder, fazia oposição ao governo Castelo Branco desde meados de 1964, embora tivesse apoiado a derrubada de Goulart. Por conseguinte, também criticava o PAEG. Usou a televisão para fazer os seus ataques e, ainda em maio de 1965, enviou a Castelo Branco um documento em que reivindicava uma mudança ministerial, a começar pela destituição de Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões. Afirmando ser muito grave a situação econômica, concluía: “Hoje sabemos que ou se acaba com esse ‘plano’ ou esse ‘plano’ acaba com a Revolução.”

Ademar de Barros, que já vinha acumulando desentendimentos com o governo federal, resolveu ordenar a emissão de títulos da dívida pública de São Paulo e conceder empréstimos através do Banco do Estado, o que colocaria em risco a política de

estabilização. Em reunião em 4 de junho de 1966 com a presença de Roberto Campos, Castelo Branco decidiu cassar os direitos políticos de Ademar de Barros e destituí-lo do governo paulista, medidas efetivadas no dia seguinte. Campos considerou que o afastamento do governador seria aceito pelo empresariado devido à desordem econômica e administrativa de sua gestão.

Os setores nacionalistas acusavam a política financeira do PAEG de redundar na compra por empresas estrangeiras, a preços aviltantes, das empresas brasileiras asfixiadas pelas restrições de crédito. Segundo Georges-André Fiechter, a chamada desnacionalização da economia tornou-se a partir de 1966 uma alternativa corriqueira para “setores industriais que julgavam extremamente insuficientes os mecanismos compensatórios introduzidos pelas autoridades”.

Outro ponto-chave da linha econômica do governo dizia respeito à administração da dívida externa. No início do governo Castelo Branco, o Brasil devia 3,8 bilhões de dólares, dos quais 48% teriam que ser pagos até 1965. Visando a retomar as negociações com as entidades financeiras internacionais, Roberto Campos e Gouveia de Bulhões promoveram reuniões para estabelecer as propostas a serem apresentadas pelo governo. Desses encontros participaram, entre outros, o embaixador Sete Câmara, que chefiaria a delegação ao Clube de Haia, e Trajano Pupo Neto, que encaminharia as discussões com os credores privados americanos.

Em maio de 1964, Sete Câmara viajou para a Europa a fim de pleitear o apoio dos credores ao plano que o Brasil apresentaria ao Clube de Haia. No mês seguinte, Roberto Campos e Pupo Neto seguiram para Nova Iorque a fim de expor os planos de recuperação da economia e testar a receptividade dos credores. O Clube de Haia aprovou o reescalonamento da dívida em 70%, concedendo dois anos de carência e mais cinco anos para pagamento. Em outubro, os credores americanos aprovaram um reescalonamento em bases idênticas. O FMI concedeu o empréstimo solicitado de 125 milhões de dólares e o governo americano liberaria outro de mais de 50 milhões de dólares.

Paralelamente, prosseguia a questão da compra das subsidiárias da Amforp, que vinha desde o governo Goulart. A empresa americana tinha no Brasil dez filiais operando no setor de energia elétrica. Para examinar o problema, constituíra-se uma

comissão integrada por representantes dos ministérios da Fazenda, do Planejamento, das Relações Exteriores e das Minas e Energia, sob a direção de Otávio Marcondes Ferraz, presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás). Os trabalhos do grupo encerraram-se em agosto de 1964, quando, em exposição de motivos conjunta, os ministros concluíram que o acordo com a Amforp satisfazia o interesse do país e era um “inequívoco compromisso internacional”. Foi enviado ao Congresso um projeto de lei solicitando a garantia da operação pelo Tesouro, uma autorização à Eletrobrás, com previsão de recursos, para a compra das ações de propriedade estrangeira, o enquadramento da transação na Lei de Remessa de Lucros e a isenção de ônus fiscais.

Apesar da oposição dos parlamentares do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o mesmo de Goulart e Brizola, o Congresso aprovou em outubro a solicitação do governo. No dia 14 foi sancionada a Lei nº 4.428, que dispunha sobre a compra das empresas da Amforp em bases idênticas às do acordo acertado por Roberto Campos em abril de 1963. Em 12 de novembro efetivou-se a transação em Washington. Logo a seguir, o governo americano concedeu ao Brasil um empréstimo de 20 milhões de dólares para a expansão do setor de energia elétrica e o BIRD liberou financiamento de 50 milhões de dólares para ampliar a capacidade das antigas subsidiárias da Amforp.

A exploração de minérios fora igualmente objeto de intensa polêmica durante o governo Goulart, especialmente no tocante à participação de capitais estrangeiros. Em julho de 1964, Castelo Branco aprovou a exposição de motivos do ministro das Minas e Energia, Mauro Thibau, que esboçava a política para o setor. Ao mesmo tempo reavivou-se a discussão sobre o caso da Hanna Mining Company, proprietária da Companhia de Mineração Nova-Limense, com atuação em Minas Gerais. Em junho de 1962 o governo Goulart decretara a cessação das atividades da empresa e a desapropriação de suas jazidas, levando-a a requerer mandado de segurança ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Constituiu-se no governo Castelo uma comissão interministerial com a participação, entre outros, de Roberto Campos, Gouveia de Bulhões e Mauro Thibau, que deveria examinar os seguintes pontos: aproveitamento imediato dos recursos minerais, regulamentação dos dispositivos legais imprecisos ou inoperantes, revisão do Código de Minas de 1934 e estabelecimento do caráter supletivo da ação estatal no setor. Aprovando as conclusões da comissão, Castelo Branco baixou a 23 de dezembro

de 1964 um decreto autorizando a participação de capitais privados na exploração do subsolo e dando ao capital estrangeiro o direito de integrar sociedades mineradoras brasileiras. Da ação da iniciativa privada ficavam excluídas as reservas hidráulicas, petrolíferas, carboníferas e de minerais radiativos. O caso Hanna teria seu desfecho no governo do general Costa e Silva, sucessor de Castelo, quando seria anulada a suspensão das concessões da empresa.

A orientação governamental para o setor foi muito criticada pelos parlamentares oposicionistas, aos quais se juntaram Lacerda e Magalhães Pinto. O ponto mais questionado era o da participação privada, tanto nacional como estrangeira, na exploração dos minérios. Campos, Thibau e Bulhões foram acusados de terem interesses pessoais no caso Hanna, uma vez que haviam pertencido à Consultec, firma que avaliara o acervo da companhia mineradora adquirida pela empresa americana em 1958 e que dera origem à Nova-Limense.

No começo de 1965, o Grupo Executivo da Indústria Química (Geiquim) elaborou um plano para a exploração da petroquímica que praticamente estipulava o monopólio estatal. Campos e Bulhões, favoráveis à iniciativa privada, opuseram-se ao plano e, em 9 de julho, Castelo Branco assinou um decreto elaborado pelo Conselho Nacional do Petróleo que abriu à participação privada a exploração do setor.

Ainda durante sua gestão ministerial, Roberto Campos atuou como chefe das delegações brasileiras à III Reunião Anual Ordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), em Lima, em novembro de 1964, e às reuniões do Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso, em Washington, em outubro de 1965 e em maio de 1966. Foi também representante do Brasil na IV Reunião Anual Ordinária do CIES, em Buenos Aires, em 1966.

A nova Constituição, promulgada em 24 de janeiro de 1967, incorporou inovações de ordem econômica sugeridas por Campos, como a introdução dos programas orçamentários obrigatórios. Para permitir a sua execução foi estipulado que apenas o presidente poderia tomar a iniciativa de propor leis referentes a finanças ou que implicassem aumento das despesas públicas.

Em 25 de fevereiro de 1967 um decreto-lei instituiu em caráter permanente o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, que veio substituir o Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica. Quase ao fim do mandato de Castelo Branco, foi publicado o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado sob a coordenação de Campos, que formulava os objetivos da política econômica do governo para o período de 1967 a 1976. O plano não chegou a ser implementado durante o governo Costa e Silva, iniciado em 15 de março de 1967, com Hélio Beltrão no Ministério do Planejamento e Antônio Delfim Neto na pasta da Fazenda.

Membro do conselho técnico da Confederação Nacional do Comércio, durante o governo Costa e Silva (1967-1969), Campos publicou regularmente no jornal *O Globo* artigos em que criticava a política econômica de Delfim Neto, que abandonou o programa de estabilização monetária. Em 1968, tornou-se presidente do InvestBanco, e em 1972, já no governo Médici, participou da comissão diretora da III Conferência Nacional das Classes Produtoras, no Rio de Janeiro, em março. Nesse mesmo ano, tornou-se presidente da Olivetti do Brasil e membro do conselho de administração da Mercedes-Benz. Integrou ainda as juntas de governadores do Instituto Internacional de Planejamento e Educação, sediado em Paris, de 1972 a 1975, e do Instituto Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento, com sede em Ottawa, de 1973 a 1976. Foi membro, de 1974 a 1976, da Resources for the Future, organização para pesquisa de recursos naturais e fontes energéticas sediada em Washington.

Embaixador em Londres

Em dezembro de 1974, já no governo Ernesto Geisel, foi nomeado embaixador em Londres. Substituindo Sérgio Correia da Costa, assumiu o posto em janeiro de 1975. Continuava publicando artigos esporádicos em *O Globo*, nos quais defendia o liberalismo econômico e associava-se à corrente defensora do que então se chamava “descompressão política” do regime.

Indicado para ocupar a pasta das Relações Exteriores no governo João Figueiredo, que assumiu a presidência em março de 1979, foi preterido em favor de

Ramiro Saraiva Guerreiro. Tal decisão deveu-se ao fato de ter enviado a Figueiredo, em dezembro de 1978, um documento, intitulado “Política externa brasileira — opções para 1979-1985”, em que defendia a mudança das prioridades no campo internacional. Propunha uma estratégia de “parceria seletiva”, baseada num sistema de pólos de interesse principais, que seriam: 1) Estados Unidos; 2) América Latina; 3) segurança externa e equilíbrio de forças no Atlântico Sul; 4) África, e 5) países do Terceiro Mundo. O plano alterava profundamente as diretrizes do governo Geisel para o setor, inspiradas, segundo o jornalista Carlos Castelo Branco, na “política externa independente” de Jânio Quadros.

Com a extinção do bipartidarismo em 29 de novembro de 1979 e a consequente reformulação partidária, surgiria o Partido Democrático Social (PDS), governista. Filiou-se à agremiação em maio de 1980 e em abril do ano seguinte esteve no Brasil para articular sua candidatura ao Senado por Mato Grosso. Na noite de 28 desse mês foi esfaqueado em São Paulo num episódio controvertido, noticiado de início como um assalto e, em seguida, como uma agressão por parte de uma amiga. Ferido no estômago e intestinos, foi operado no Pronto-Socorro Iguatemi, onde permaneceu por duas semanas. Em 15 de maio retornou a Londres, sem que as investigações sobre o caso tivessem chegado a uma conclusão.

Em discurso proferido em junho na Câmara Brasileira de Comércio, em Londres, fez um balanço da situação econômica nacional e declarou seu apoio à orientação “mais realista adotada em fins de 1980”. Disse então que “o novo realismo econômico abrangeu um elenco de medidas que visam deixar mais desembaraçadas as forças do mercado: liberação de juros, minidesvalorizações cambiais mais frequentes, correções monetárias mais próximas dos índices reais de inflação (...) e, sobretudo, um esforço de desaquecimento da economia por urna política monetária austera e severa restrição dos orçamentos públicos”.

Viajando novamente ao Brasil em novembro de 1981 para dar início à campanha eleitoral, fez palestras e deu entrevistas à imprensa em que defendia a política antiinflacionária do governo, considerando-a compatível com o chamado processo de abertura política então em curso. Após nova estada em Londres, retornou ao Brasil em junho de 1982 a fim de dar prosseguimento a sua campanha para o Senado, afinal vitoriosa no pleito de novembro.

Afastado de qualquer atividade durante três meses por força de um infarto resultante da campanha eleitoral, em janeiro de 1983 viu ser reaberto à publicidade o episódio em que fora esfaqueado. O semanário carioca *Pasquim* publicou, em duas edições consecutivas, longa entrevista com Marisa Tupinambá, pianista e ex-funcionária da embaixada brasileira em Paris, que anunciava o lançamento do livro *Minha vida com o embaixador Roberto Campos*, no qual fazia revelações sobre a vida privada e pública do senador. A autora, então com 28 anos, alegava ter sido sua companheira por 12 anos. Considerando-se habilitada a reivindicar direitos de concubina, movera contra ele um processo na Justiça de família. Além disso, Campos, que, segundo o general Otávio Costa, em depoimento no livro *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*, nos meios oficiais tinha fama de mulherengo, teria usado Marisa em atividades irregulares, como intermediação de empréstimos e tráfico de influência. Por fim, Marisa afirmava ter sido a responsável pelos ferimentos em Campos, durante briga quando discutiam a separação. Às vésperas do lançamento do livro, o senador, internado para tratar de problemas circulatórios, moveu uma ação na Justiça contra a autora, a editora Alfa-Ômega e o *Pasquim*, exigindo a suspensão da publicação do livro e da publicidade.

Senador

Estreou no Senado em junho de 1983, iniciando-se na vida parlamentar em pleno processo de redemocratização. No primeiro discurso defendeu idéias — como a de que o Estado, por influência excessiva da “doutrina de segurança nacional”, se dissociara dos rumos da crise — consideradas por analistas um símbolo da ruptura da “direita esclarecida” com o regime militar.

Ainda em 1983, participou, em Londres, da Conferência Internacional sobre Endividamento dos Países Subdesenvolvidos. Presidente da Comissão de Economia do Senado, membro da Comissão de Relações Exteriores (1983-1984) e da Comissão de Finanças (1983-1986), participou ativamente da discussão da política de informática, assim como dos rumos do processo institucional. No tocante à informática, sustentou a tese de que o país não dispunha de capitais na magnitude requerida para investir no desenvolvimento do setor. Por isso, era necessário que se abrisse o mercado à participação de empresas estrangeiras na forma de *joint ventures*. Enquanto o país permanecesse sob a égide da reserva de mercado, administrada pela Secretaria Nacional

de Informática (SEI), a concorrência ficaria fatalmente limitada a poucos produtores nacionais. A exclusão do capital estrangeiro restringiria o aporte tecnológico e retardaria o desenvolvimento nesse setor.

Em fevereiro de 1984, viajou aos Estados Unidos, a Taiwan e à Coreia do Sul para estudar os modelos de desenvolvimento da informática. De volta ao Brasil, discutiu o assunto com ministros, empresários e técnicos. Com base nos subsídios assim colhidos, apresentou ao Senado, em março, um projeto que reformulava o conceito de reserva de mercado. A proposta pretendia, também, retirar a SEI da órbita do Conselho de Segurança Nacional e regulamentar o livre acesso a bancos de dados, inclusive aos dos órgãos públicos de segurança, permitindo que pessoas físicas ou jurídicas pedissem a verificação de suas fichas sempre que o conteúdo fosse “comunicado ou oferecido a terceiros”. O acesso seria solicitado através do Conselho dos Direitos da Pessoa Humana e o interessado poderia corrigir a ficha e pedir indenização por perdas e danos. O projeto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, mas preterido em favor de outro, oriundo do Poder Executivo, que, apresentado em julho e aprovado em outubro do ano seguinte, estabeleceu a política de informática com base numa reserva de mercado flexível e com vigência de oito anos.

Quanto ao processo institucional, assunto tornado candente pela sucessão do presidente João Figueiredo (1979-1984), sugeriu, em entrevista concedida a uma revista em maio de 1983, o nome de Tancredo Neves, então governador de Minas Gerais, para uma candidatura de conciliação. Como o PDS não endossou a proposta e se estabeleceu uma disputa pela indicação do candidato da legenda, anunciou, em janeiro de 1984, seu apoio a Paulo Maluf, ex-prefeito e ex-governador de São Paulo, por ele considerado um “autêntico privatista”.

Em abril, manifestou-se contra a emenda Dante de Oliveira, que propunha o restabelecimento das eleições diretas para presidente em novembro. Como a emenda não obteve na Câmara o número de votos indispensáveis à sua aprovação — faltaram 22 para que fosse enviada ao Senado — a sucessão de Figueiredo seria decidida por via indireta, no Colégio Eleitoral.

Em meados de 1984, apresentou duas subemendas: uma, propondo a adoção do sistema parlamentarista; outra, reforçando a primazia da iniciativa privada no domínio

econômico. Ambas obtiveram um significativo apoio entre os parlamentares, mas não foram aprovadas. Em agosto, votou em Maluf na convenção em que o PDS o escolheu como candidato à presidência da República.

No Colégio Eleitoral reunido em 15 de janeiro de 1985, votou em Paulo Maluf, que foi derrotado pelo candidato opositor Tancredo Neves, da Aliança Democrática, união do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com a dissidência do Partido Democrático Social (PDS) abrigada na Frente Liberal. Doente, Tancredo não tomou posse e morreu em 21 de abril. O vice-presidente José Sarney, que exercia o cargo interinamente, foi efetivado. Roberto Campos apoiou o programa de austeridade fiscal do novo ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, em cuja defesa pronunciou, na condição de vice-líder do PDS, um discurso no Senado. Entretanto, a substituição de Dornelles por Dílson Funaro, em agosto, provocaria uma reorientação radical da política do governo para a área, que passaria a ter como prioridades a administração da dívida externa e o combate à recessão econômica.

Em outubro, Campos retomou a discussão da política de informática. Aproveitando o primeiro aniversário da Lei de Informática, contestou no Senado toda a legislação em vigor relativa ao assunto. A arguição por ele apresentada argumentava que as leis feriam, entre outros, os princípios constitucionais de liberdade de iniciativa, direito adquirido, isonomia e liberdade de empresa. As petições tramitavam lentamente por dois anos, sendo afinal rejeitadas pelo STF.

Em face do programa de emergência apresentado por Funaro ao Congresso em fins de novembro de 1985, pronunciou, em 4 de dezembro, um forte discurso de oposição. Considerou o ajuste fiscal proposto no programa globalmente insuficiente, transferidor de recursos do setor produtivo para o público e agravante da tributação das grandes empresas, já punidas por altas alíquotas do Imposto de Renda. Em seguida, partiu para uma ação obstrutiva da tramitação do plano no Congresso, para o que contou com o apoio dos senadores Odacir Soares (PFL-RO) e Itamar Franco (PMDB-MG), contribuindo para o adiamento da votação até 5 de dezembro, quando se iniciou o recesso parlamentar.

Encontrava-se em Nova Iorque quando, em 28 de fevereiro de 1986, Sarney anunciou o Plano Cruzado, conjunto de medidas de reforma do sistema econômico-

financeiro destinadas a combater o processo inflacionário, cujos índices, naquele mês, haviam ultrapassado os 250% anuais. O plano consistiu nas seguintes medidas: criação de um novo padrão monetário — o cruzado —, de valor mil vezes maior que o cruzeiro; extinção da correção monetária; estabilização cambial; e congelamento dos preços e salários. Opôs-se à estratégia do plano, considerada heterodoxa. Entendia que a crise econômico-financeira só se resolveria por um “choque ortodoxo”, isto é, pela via de um drástico corte dos gastos públicos. O programa alcançou sucesso nos primeiros meses, com a decidida redução da inflação e o engajamento popular na fiscalização dos preços. Em seguida, porém, começou a apresentar numerosos problemas de ajuste, levando o governo a modificar a estratégia de controle da inflação a longo prazo.

Vice-líder do PDS de 1985 a 1986, participou da discussão sobre a convocação de uma assembleia nacional constituinte como fecho do processo de redemocratização. Contrário à idéia, defendeu a concessão de poderes ao Congresso para reformar a Carta em vigor. Chegou a classificar a Constituinte de “idéia infanto-juvenil”, “panacéia” e “carnaval cívico”. Acabou, contudo, prevalecendo a proposta de eleição, em novembro de 1986, de um Congresso Constituinte, do qual ele, em pleno exercício do mandato de senador, participaria.

Instalada a Assembleia Nacional Constituinte em fevereiro de 1987, os constituintes se dividiram, na primeira fase dos trabalhos, em comissões e subcomissões temáticas, cujos relatórios seriam enviados, na segunda fase, à Comissão de Sistematização. Integrou como titular a Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime de Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, da Comissão da Ordem Econômica, e como suplente a Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas, da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. Vendo derrotadas suas propostas na Comissão de Sistematização, participou, em dezembro de 1987, da organização de um grupo de parlamentares de tendência conservadora, o “Centrão”, e combateu todas as sugestões que, no seu entendimento, prejudicavam a ação da iniciativa privada ou limitavam a participação do capital estrangeiro na economia. Opôs-se igualmente à maioria das propostas que beneficiavam os trabalhadores, considerando que, se aprovadas, eles passariam a “ter todos os direitos e nenhum dever, ficando para os empresários apenas os encargos”.

Concluída a versão final da nova Constituição, manifestou desacordo com o texto aprovado, anunciando que se recusaria a subscrevê-lo. Foi, contudo, dissuadido dessa intenção pelo deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, e acabou endossando a Carta promulgada em 5 de outubro de 1988.

Com a volta do Congresso às atividades ordinárias, elegeu-se líder da bancada do PDS, composta apenas por ele e Jarbas Passarinho (PA), e integrou, no biênio 1989-1990, a Comissão de Fiscalização e Controle, que presidiu, e a Comissão Mista (Câmara e Senado) de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Nesse período, participou de conferências sobre a economia no país e no exterior e atuou como observador parlamentar na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

Deputado federal

Em 3 de outubro de 1990, depois de transferir seu título eleitoral para o Rio de Janeiro, elegeu-se deputado federal, obtendo 42.600 votos, a segunda votação do PDS no estado. Empossado em fevereiro de 1991, nesse mesmo ano lançou-se candidato a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras (ABL). Concorriam com ele o escritor João de Scantimburgo e o cientista político Celso Lafer. Antes do pleito, porém, Campos e Lafer retiraram suas candidaturas, por força de rumores de que a vitória de Scantimburgo, que recentemente doara uma valiosa biblioteca para a ABL, já estava previamente assegurada. Campos declarou que não voltaria a concorrer, pois se achava já muito velho. No ano seguinte, porém, candidatou-se novamente. Seu adversário foi o diplomata Sérgio Paulo Rouanet, secretário de Cultura do governo. A disputa assumiu contornos de campanha política, com a formação, contra a sua candidatura, de um grupo que uniu escritores de tendência esquerdista a simpatizantes do governo. Foi derrotado por cinco votos.

Vice-líder do PDS na Câmara de 1991 a 1993, foi, em 1991, membro das comissões de Finanças e Tributação e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Em 1992 atuou na Comissão Especial do Projeto de Lei nº 824/91 sobre propriedade industrial e na Comissão Especial sobre Projetos de Lei de Legislação Tributária.

Em abril de 1992, chegou a ser cogitado para a pasta das Relações Exteriores do governo Fernando Collor (1990-1992), mas as negociações entre o governo e o PDS fracassaram, e o convite não chegou a se concretizar. Com a eclosão da crise política gerada por acusações de corrupção e tráfico de influência contra o presidente e seus auxiliares, anunciou, em 4 de setembro, que votaria a favor da abertura do processo de *impeachment* de Collor. Embora concedesse ao presidente o crédito pela tentativa de modernizar a economia, achava que ele não tinha mais condições para governar, pois não conseguira defender-se das acusações.

Poucos dias antes da votação na Câmara, contraiu uma infecção que acabou por configurar septicemia e o obrigou a internar-se no Rio de Janeiro para um tratamento intensivo. Entretanto, obstinado em votar, deixou o hospital em 29 de setembro e dirigiu-se a Brasília, sendo levado de ambulância do aeroporto para a Câmara, onde entrou numa cadeira de rodas. Aberta uma exceção na ordem alfabética, foi o primeiro a votar, pronunciando-se a favor do impedimento do presidente. Em seguida, voltou para o Rio de Janeiro. Aprovada por esmagadora maioria a abertura do processo de *impeachment*, Collor afastou-se temporariamente do governo e renunciou em 29 de dezembro de 1992, horas antes da conclusão do processo pelo Senado, que decidiu pelo impedimento. Foi então efetivado na presidência o vice Itamar Franco, que vinha exercendo o cargo interinamente desde 2 de outubro.

Com a atenção voltada para os trabalhos de revisão constitucional, previstos pela Constituição de 1988 e marcados para outubro de 1993, Campos articulou-se, em fevereiro desse ano, com parlamentares simpatizantes dos seus pontos de vista em economia. Com eles — Delfim Neto, Roberto Cardoso Alves e Luís Eduardo Magalhães, entre outros ex-integrantes do Centrão —, montou uma estrutura de *lobby* que recebeu o nome de Bloco da Economia Moderna (BEM). O BEM, que funcionava no seu gabinete, contratou funcionários e consultores, coordenados por um economista, pagos com verbas de um fundo formado pelas contribuições dos seus membros. Concebido, segundo seus articuladores, com a intenção de contribuir para tornar a economia mais eficiente, o grupo produziu farto material de propaganda de teses liberais, como a defesa do fim dos monopólios, das reservas de mercado e de restrições à entrada de capitais estrangeiros, da unificação do sistema tributário, da adoção de modelos de previdência privada e da revogação de direitos dos trabalhadores.

Em abril de 1993 engajou-se na formação do Partido Progressista Reformador (PPR), por meio da fusão do PDS com o Partido Democrata Cristão (PDC), sob a liderança de Paulo Maluf, então prefeito de São Paulo. Com a adesão de parlamentares de outras siglas, o PPR surgiu como a terceira bancada na Câmara, menor apenas que as do PMDB e do PFL.

Em 28 de fevereiro de 1994, o presidente Itamar Franco (1992-1994) lançou um programa de estabilização da economia. Elaborado pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, o Plano Real foi implementado de maneira gradativa, tendo começado com a introdução da URV (Unidade Referencial de Valor), que serviria de padrão provisório para os preços. Roberto Campos apontou, em março, o que considerava falhas genéticas do programa antiinflacionário: preocupação exclusiva com o fluxo de demanda, descurando-se das pressões oriundas da oferta; prefixação de um objetivo inadequado — o déficit zero; proposta de um “remendo fiscal” — o Fundo Social de Emergência; silêncio a respeito da reforma da previdência; preservação de sobretaxações em relação às empresas, à mão-de-obra e aos equipamentos, alimentando a inflação de custos e deprimindo a oferta. Do seu ponto de vista, o plano, com essas falhas, estava longe de constituir um programa de estabilização, renunciando ganhos apenas temporários na luta contra a inflação.

Em julho, deu-se mais passo na implementação do Plano Real. Os preços, que em sua maioria já estavam convertidos à URV, passaram a ser calculados na nova moeda, o real, que teve o seu valor igualado ao do dólar. Considerou essas medidas uma “pirotecnia monetária”. Denunciou uma intenção eleitoreira, já que os bons resultados que vinham sendo obtidos no combate à inflação fortaleciam a candidatura presidencial de Fernando Henrique, que deixara o Ministério da Fazenda em março para fazer campanha. Vaticinou, por fim, o fracasso do plano, por não atacar questões fundamentais, como a reforma fiscal ampla, a quebra dos monopólios, a aceleração do processo de privatização, a reestruturação da previdência e a desregulamentação da economia.

Ainda na legislatura 1991-1995, votou a favor da criação do Fundo Social de Emergência (FSE) e do fim do voto obrigatório, e contra o estabelecimento do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF).

Foi reeleito em 3 de outubro de 1994, com votos provenientes, em sua maioria, de sua base eleitoral na cidade do Rio de Janeiro. Empossado em fevereiro do ano seguinte, foi reconduzido à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Com o PPR, apoiou o presidente Fernando Henrique Cardoso na administração do Plano Real, embora sempre apontando limitações nas medidas de liberalização econômica. Nas votações das emendas constitucionais relativas ao capítulo da ordem econômica enviadas ao Congresso no primeiro ano do governo Fernando Henrique, manifestou-se a favor da quebra do monopólio estatal das telecomunicações e da Petrobras. Também foi favorável à abertura da navegação de cabotagem e à mudança do conceito de empresa nacional, que acabava com as restrições ao capital estrangeiro

Em julho de 1995, recebeu o Prêmio José Ermírio de Moraes, concedido pela Academia Brasileira de Letras a seu livro de memórias *A lanterna na popa*, lançado no ano anterior pela editora carioca Topbooks. A premiação foi decidida após acirrada polêmica com um grupo de membros da Academia, divergente das posições políticas de Campos e defensor da concessão ao escritor Fernando Moraes por seu livro *Chatô — o rei do Brasil*. No mês seguinte, filiou-se ao Partido Progressista Brasileiro (PPB), fruto da fusão do PPR com o Partido Progressista (PP).

Em meio à controvérsia da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, reafirmou, em sua coluna dominical no jornal *O Globo* (13/4/1996), sua posição favorável à privatização das empresas estatais, destacando que não existiriam estatais rentáveis para o Tesouro, mas sim para os funcionários: “A Vale tem mais aparência com um instituto assistencial, que criou uma aristocracia burocrática, do que com um complexo industrial a serviço dos acionistas.” O adiamento da privatização da empresa, que vinha ocorrendo desde a votação da Lei de Desestatização em 1990, resultava, em sua opinião, de uma “aritmética masoquista” que consistia em manter uma horda de estatais que nada rendiam ao Tesouro, enquanto este pagava juros exorbitantes para rolar sua dívida, prejudicando o desenvolvimento.

Em junho de 1996, votou a favor da criação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) — que substituiu o IPMF, imposto de 0,25% sobre transações bancárias criado como fonte complementar de recursos para a saúde. Ainda nesse mês foi nomeado conselheiro do BNDES.

Em 17 de abril de 1997, comemorou 80 anos com um jantar de gala no Copacabana Palace, que reuniu mais de seiscentos convidados, entre empresários, políticos, economistas, intelectuais e banqueiros. Entre os presentes estavam o presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, a presidente da Academia Brasileira de Letras, Nélida Piñon, o banqueiro Walter Moreira Sales e o ex-presidente José Sarney. Autodenominou-se advogado de defesa do presidente Fernando Henrique Cardoso na acusação de neoliberal, afirmando que FHC ainda mantinha um “incrível sotaque socialista”.

Em outubro de 1998, disputou uma vaga no Senado pelo Estado do Rio, em coligação com o PFL e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Enfatizou a necessidade de um desenvolvimento sustentado para o estado, com recursos estaduais, federais e internacionais, o aumento do valor dos *royalties* do petróleo e a transformação do Rio de Janeiro na capital do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Foi derrotado pelo candidato do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Saturnino Braga, apoiado pela coligação Muda Rio, formada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista (PC) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Deixou a Câmara em janeiro de 1999, no fim da legislatura.

Em 23 de julho de 1999 foi eleito, ao fim de uma disputa que opôs acadêmicos de direita e de esquerda, membro da Academia Brasileira de Letras na vaga deixada por Dias Gomes. No discurso de posse, em 26 de outubro, defendeu o regime ditatorial a que servira como ministro. Criticando o discurso de posse de seu antecessor, que criticara a ditadura, acusou-o de não ter considerado que nos anos 1960, em tempos de Guerra Fria, só havia duas opções: “ou os anos de chumbo ou os anos de aço”. Na sua opinião, os “anos de aço” do comunismo soviético haviam sido mais brutais do que os “anos de chumbo” brasileiros.

Distante das funções públicas, continuou, em sua coluna no jornal *Folha de S. Paulo*, a emitir juízos sobre os problemas brasileiros, destilando certo pessimismo: “Haverá salvação para um país que em seu hino nacional se declara ‘deitado eternamente em berço esplêndido’ e cujo maior exemplo de dinâmica associativa espontânea é o Carnaval?” Para tentar superar tal quadro, defendia, em particular, a adoção do parlamentarismo combinado com o voto distrital misto. A fórmula apresentaria três atrativos: limitaria a demagogia e a irresponsabilidade, na medida em

que os legisladores seriam os responsáveis pela execução das leis; conferiria maior legitimidade ao sistema político, já que os partidos ganhariam existência de aglomerados eficientes das correntes políticas e, por fim, tornaria as mudanças de governo mais fáceis e menos traumáticas, com vantagem para o eleitorado, que teria maior poder e segurança.

Em face do debate em torno das propostas de reformas econômicas influenciadas pelo pensamento neoliberal, externou, em palestra promovida pelo jornal *Folha de S. Paulo* e pela Academia Brasileira de Letras em março de 2000, a opinião de o Brasil ainda estava muito atrasado em relação a elas. Apesar das mudanças como a privatização das telecomunicações, em 1998, e a abertura para concessões petrolíferas, em 1999, o país poderia, quando muito, considerar-se na era pós-dirigista, carecendo, ainda, de efetuar uma verdadeira abertura econômica para os mercados externos, plano em que até países ex-socialistas, como a Polônia e a Hungria, estariam mais avançados.

Morreu em 9 de outubro de 2001, no Rio de Janeiro, depois quase um mês internado para curar-se de uma pneumonia.

Foi agraciado com as principais comendas dos ministérios das Relações Exteriores, Marinha e Exército. Doutor *honoris causa* pela Universidade de Nova Iorque, foi condecorado, também, na Espanha, Alemanha, Itália, França, Bélgica, Luxemburgo, Portugal, México e Inglaterra.

Casou-se com Maria Estela Tambellini de Oliveira Campos, com quem teve três filhos.

Além de um grande número de artigos em revistas especializadas, publicou os seguintes livros: *Economia, planejamento e nacionalismo* (1963), *Ensaio de história econômica e sociologia* (1963), *A moeda, o governo e o tempo* (1964), *Política econômica e mitos políticos* (1965), *A técnica e o riso* (2ª ed., 1967), *Do outro lado da cerca — Três discursos e algumas elegias* (1967), *Reflections on Latin America development* (1967), *Temas e sistemas* (1969), *Ensaio contra a maré* (1969), *Transamazônica* (1970), *A nova economia brasileira* (com Mário Henrique Simonsen, 1974), *Formas criativas no desenvolvimento brasileiro* (com M. H. Simonsen, 1975), *O mundo que vejo e não desejo* (1976), *Ensaio imprudentes* (1986), *O século esquisito*

(1990), *Reflexões do crepúsculo* (1991), *A Lanterna na popa* (1995) e *Antologia do bom senso* (1996).

Seu pensamento político-econômico foi objeto de dissertação de mestrado de Adilson Marques Gennari, intitulada *A lógica da subordinação: aspectos do conservantismo brasileiro* (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1990), e da tese de doutorado de Reginaldo Teixeira Perez no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), publicada em 1999 pela FGV, com o título *O pensamento político de Roberto Campos; da razão do Estado à razão do mercado, 1950-95*.

O arquivo de Roberto Campos encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

Vilma Keller/Renato Lemos

FONTES: ALMEIDA, J. *Reforma*; ARAÚJO, M. C. M. *Volta*; BANDEIRA, L. *Governo*; BANDEIRA, L. *Presença*; BANDEIRA, L. 24; BENAKOUCHE, R. *Questão*; BENEVIDES, M. *Governo Kubitschek*; BLUME, N. *Pressure*; CACHAPUZ, P. *Cronologia*; CONFERÊNCIA NAC. CLASSES PRODUTORAS. *Carta*; CONF. NAC. COMÉRCIO. 20; CORRESP. CONF. NAC. COMÉRCIO; CORRESP. BANCO NAC. DESENV. ECON.; ENTREV. BIOG.; *Estado de S. Paulo* (10/8/82, 10/4/94, 5/2/95); FIECHTER, G. *Regime*; *Folha de S. Paulo* (11/4 e 5/9/93, 1/3 e 18/9/94, 31/1/95, 14/1 e 21/5/96, 30/1 e 19/4/97, 15/7/98, 28/10 e 7/11/99, 16/1 e 5/3/00, 10/10/01); *Globo* (26/6/81, 4 e 30/9, 1/10/92, 14/2/93, 26/6/98, 13/4/97 e 12/6/99); *Grande encic. Delta*; *História vivida*; IANNI, O. *Estado e planejamento*; *IstoÉ* (11/5/83); *Jornal* (8/12/64); *Jornal do Brasil* (11/2/77, 27/12/78, 12, 13 e 14/2/79, 8 e 9/5/80, 30/4 e 16/5/81, 29/9/92, 14/5/95, 18/4/97, 12/7/98); *Jornal do Comércio*, Rio (16/7/67); KUBITSCHKE, J. *Meu* (3); MELO, J. *Reflexões*; MENDONÇA, R. *Dic.*; MIN. FAZ. *Ministros*; MIN. REL. EXT. *Anuário* (1975); MORAIS, A. *Introdução*; OLIVEIRA, F. *Reforma*; *Opinião* (13/12/74); *Pasquim* (27/1, 3/2/83); *Perfil Parlamentar/IstoÉ* (1991); QUADROS, J. *História*; SILVA, H. 1964; SKIDMORE, T. *Brasil*; SOARES, E. *Instituições*; *Veja* (2/3 e 15/6/83, 21/3/84, 23/5/86, 2/12/87, 7/9/88,

29/4/92, 14/4/93); VIANA, A. BNDE; VIANA FILHO, L. *Governo; Visão* (11/3/74);
VÍTOR, M. *Cinco*.